

Projeto autorizado pelo Fundo Monetário, que permite mais investimentos em obras de infra-estrutura, reduz o superávit primário para 4,1% do PIB. Governo manterá esforço de pagamento dos juros da dívida

Acerto com FMI alivia arrocho

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O projeto-piloto que o governo acertou com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para aumentar os investimentos em obras vai, na prática, reduzir o superávit primário (economia para pagar juros da dívida pública) de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para 4,1%. Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, os 64 projetos selecionados no orçamento deste ano vão consumir cerca de R\$ 3 bilhões, o equivalente a 0,15% do PIB. O FMI aceitou a exclusão desta parcela dos gastos do cálculo das metas fiscais.

“Confiamos muito na qualidade desses investimentos, que serão importantes para a continuidade do crescimento econômico. Mas fomos cuidadosos. O tamanho do projeto é relevante, mas não põe em risco nosso objetivo de reduzir a relação dívida/PIB”, assegurou ontem Levy. Segundo ele, os gastos com os investimentos em infra-estrutura não prejudicarão o esforço fiscal feito para o pagamento dos juros da dívida. O endividamento público fechou o ano passado em 51,8% do PIB. Para Levy, ele deve continuar em trajetória decrescente.

O secretário garantiu também que as obras terão retorno econômico e fiscal para o governo, o que vai contribuir para a diminuição da dívida. Segundo ele, esses ganhos virão tanto de receitas de rodovias que serão recuperadas e concedidas à iniciativa privada como da redução de despesas futuras com conservação. “O retorno vai variar de caso para caso. É um investimento de qualidade, que terá um tratamento especial na contabilidade”, disse Levy. Para ele, os investidores internacionais não entenderão a medida como um “afrouxamento” da política fiscal.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, considerou um avanço a chancela do Fundo para o governo utilizar parte do superávit para investir em infra-

estrutura. Mas, para ele, o montante liberado pelo projeto-piloto, equivalente a US\$ 1 bilhão por ano, é “modesto” para as necessidades de investimento do país. “Os valores têm um impacto pequeno, mas o projeto representa um avanço conceitual sobre a forma como o Fundo vê essa questão”, disse.

Monteiro Neto acredita que há possibilidade de o governo ampliar o volume de recursos destinados aos projetos nos próximos dois anos – a experiência se estenderá a 2006 e 2007. Na visão do presidente da CNI, o país precisaria de pelo menos US\$ 3 bilhões anuais em investimentos públicos em obras de infra-estrutura, principalmente em projetos de transportes e logística.

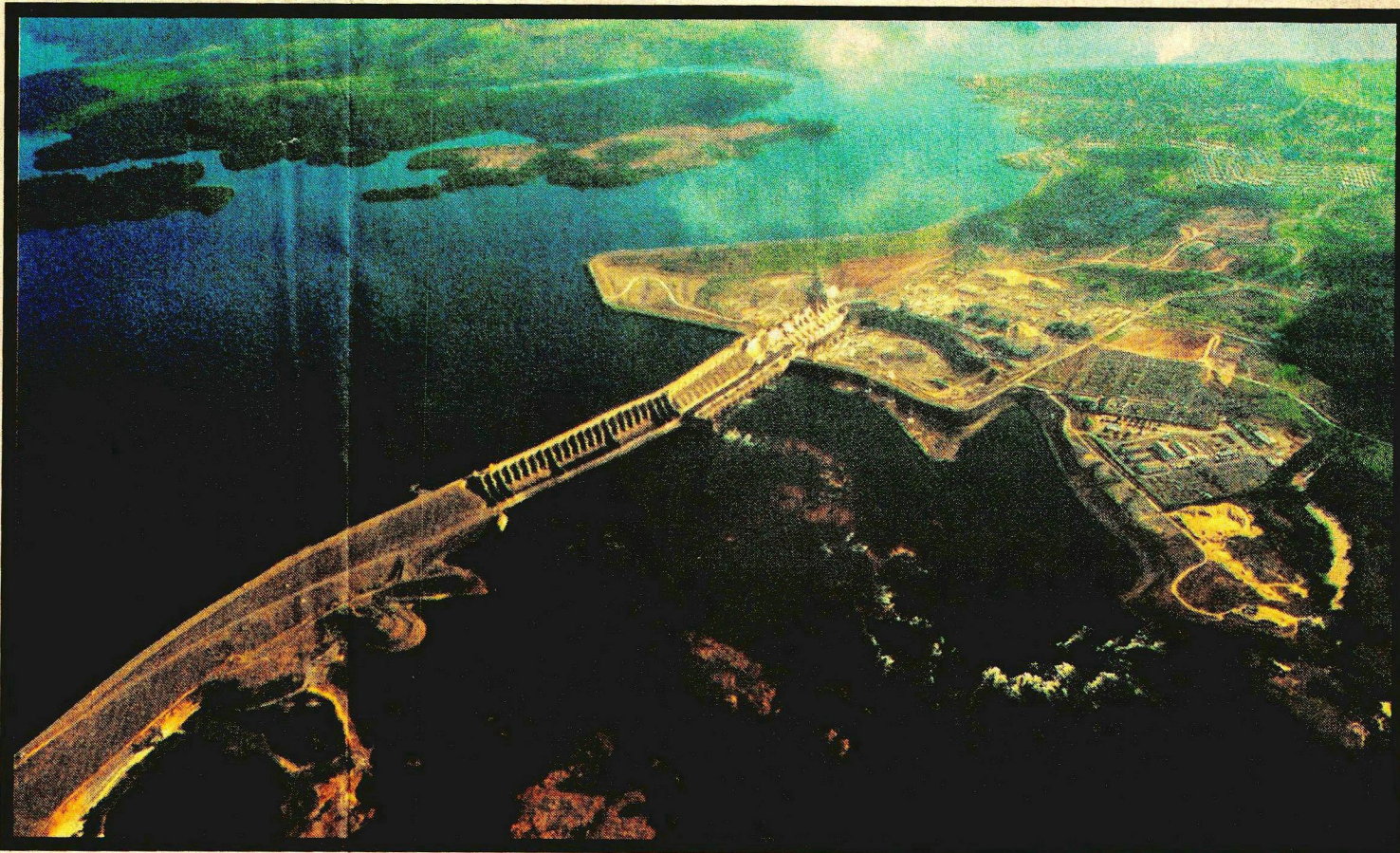
Transportes

A Secretaria do Tesouro Nacional deve divulgar na semana que vem uma lista consolidada das obras que serão tocadas nos termos do acerto com o FMI, além do retorno esperado em cada um deles. A área de transportes vai ficar com R\$ 2,14 bilhões para a recuperação e ampliação de estradas e dragagem dos canais de alguns portos.

O maior projeto individual contemplado será o de modernização da administração tributária e aduaneira. O governo pretende gastar R\$ 400 milhões para melhorar a máquina arrecadadora de impostos e a fiscalização nas alfândegas brasileiras. O Distrito Federal tem apenas uma obra incluída na lista deste ano: a recuperação de trechos da BR-020 perto da divisa com Goiás, que vai custar R\$ 8,6 milhões em recursos da União. A eclusa de Turucuí também está entre os projetos selecionados pelo governo.

A condição do Fundo para a aprovação do projeto-piloto foi a criação, por parte do governo, de mecanismos mais rígidos de controle dos gastos. A Casa Civil está criando os novos parâmetros de fiscalização do dinheiro. “Teremos muita transparência. Não haverá mágica de esconder despesas”, disse Levy.

Carlos Silva/lma/25.6.04



ECLUSA DA HIDRELÉTRICA DE TURUCUÍ ESTÁ ENTRE AS 64 OBRAS ESCOLHIDAS PELO GOVERNO FEDERAL PARA RECEBER RECURSOS DO ORÇAMENTO